NOTA DA AUTORA

Este livro relata a história esquecida de uma expedição europeia a África em 1879 — uma das primeiras tentativas de impor uma visão colossal e brutal que ansiava por se lançar numa corrida pelos seus recursos. Pouco tempo depois, na Conferência de Berlim de 1884-5, África começou a ser dividida com crueldade pelas potências colonizadoras europeias, o que alterou para sempre os sistemas político, económico, ecológico e de crenças do continente. Segui os passos da expedição para questionar essa viragem na ordem mundial, com a minha abordagem a unir pesquisa de arquivos e reportagem à trajetória de uma viagem. Essas camadas do passado e do presente implicaram confrontar diversos padrões de domínio.

O mapa das pp. 12-3 apresenta nomes de lugares da atualidade a par dos seus equivalentes do século XIX, exibidos entre parêntesis. Nas páginas que se seguem vão descobrir uma mistura de ambos em função do contexto. O mapa da p. 286 detalha os domínios aproximados dos principais grupos étnicos que ocuparam a região em 1879, altura em que teve lugar esta expedição. Estes agrupamentos ainda persistem em países como a Tanzânia e a República Democrática do Congo, ou RDC. Compreender essa geografia étnica ajuda a acompanhar os saltos imaginativos necessários para apagar atuais fronteiras nacionais amplamente traçadas pelos colonizadores.

O ponto de partida principal da viagem expedicionária é Zanzibar. A rota serpenteia, então, desde as costas da África Oriental até ao Lago

Tanganica, o território fronteiriço onde a moderna Tanzânia se encosta à RDC. Entre 1886 e 1916, a Tanzânia foi conhecida por África Oriental Alemã. Após a Primeira Guerra Mundial, a região ficou sob domínio britânico e passou a ser conhecida por Território Tanganica. Em 1961, o país conquistou a independência e, após a unificação com Zanzibar, em 1964, tornou-se a República Unida da Tanzânia. A nomenclatura turbulenta da RDC (um país diferente da muito mais pequena República do Congo) é uma história completamente diferente. A região foi conhecida por Estado Livre do Congo entre 1885 e 1908, quando era posse privada do Rei Leopoldo II da Bélgica, e por Congo Belga entre 1908 e 1960. Com a independência veio uma torrente de nomes em rápida sucessão, incluindo Zaire. Para simplificar, recorri em geral a «Tanzânia» e «Congo».

Sob o sol africano, os colonizadores, aparentemente, mostraram-se apostados em não poupar na tinta. Quando não suavam com febre da malária, preenchiam inúmeros relatórios oficiais, diários de campo e artigos jornalísticos para os seus cônsules, editores e mecenas. Tal abundância era um reflexo direto do poder literário da época, formado pelo inglês, francês, alemão e árabe. Baseei-me nessas fontes escritas das décadas de 1870 e 1880, detalhadas na Bibliografia Selecionada e nas Notas. Entretanto, a tradição oral africana e o papel de intermediários, guias e intérpretes foram largamente ignorados pelos documentalistas europeus do século XIX. Salvo invulgares exceções, raramente foram referidos africanos e com frequência não foram sequer citados. Tentei obter um melhor equilíbrio contemporâneo com a história oral, embora ciente da existência de problemas de representação (por exemplo, não é dada tanta voz às mulheres como aos homens). Não alterei o nome de nenhuma pessoa viva. Não foi por razões jornalísticas, mas sim para contrariar as supressões do passado.

Na Tanzânia moderna, a língua mais comum é o suaíli, a par de várias línguas locais e do inglês. Em suaíli, são usados dois prefixos para indicar pessoas de um grupo étnico específico — um para o singular, um para o plural. É usado um prefixo diferente para línguas. Consultar a secção Grupos Étnicos nas pp. 286-8 para mais detalhes. Para maior

clareza, ao longo do texto refiro-me aos nomes dos grupos étnicos na sua forma básica.

Não editei nem alterei palavras utilizadas em fontes históricas primárias, apesar de alguma linguagem poder parecer perturbadora para os leitores modernos. No entanto, esforcei-me ao máximo por evitar a repetição desnecessária de palavras ofensivas. Não pretendo com isto menorizar a gravidade das perversões coloniais, faço-o por acreditar fielmente que devemos deixar morrer algumas palavras, sem esquecer as ideias que essas palavras representam. As minhas escolhas nem sempre foram simples devido ao desafio de escolher expressões idiomáticas consistentes para substituir séculos de intolerância — um processo que se desenrola a ritmos diferentes em partes diferentes do mundo. Determinadas palavras são entendidas de forma diferente no Reino Unido em comparação com países falantes de inglês de outros pontos do globo, enquanto as traduções deste livro para outras línguas tornam esses matizes ainda mais difíceis. Se alguém se sentir ofendido, assumo toda a responsabilidade, alinhada com a minha intenção: compreender melhor o que aconteceu, há quanto tempo tiveram lugar esses acontecimentos e perceber como as palavras (ontem e hoje) carregam responsabilidade.

O mesmo se aplica à minha seleção de fotografias. Pode ser difícil encarar algumas imagens, mas é também importante olhar nos olhos a crueldade humana. Porque, no mínimo, os temas presentes neste livro levaram-me a confrontar inúmeras questões relacionadas com a alteridade tão presente ao escrever-se em inglês — uma língua entretecida com as raízes do pensamento colonial e a lutar para se libertar das mesmas. «Em termos de "ideologia"», realçou a economista britânica Joan Robinson, «é como o hálito: nunca se sente o próprio.» Construir esta história implicou destrinçar várias assunções e pontos de vista limitados, a começar pelos meus. Para minha orientação, afixei um aviso na consciência — um ensaio do falecido autor queniano Binyavanga Wainaina, que oferecia aos forasteiros o seu conselho irónico acerca de escrever sobre África. «Estabeleçam logo à partida que o vosso liberalismo é impecável», escreveu. «Optem por descrições românticas, evocativas e vagas… refiram logo de

início como adoram África… Os elefantes são carinhosos e são bons feministas ou dignos patriarcas.»

Para quem viu o pequeno biplano amarelo a desviar-se da escarpa de Oloololo no filme *África Minha*, ou viu a água a cintilar em tons rosados quando os flamingos assustados levantaram voo, pode ser difícil evitar os lugares-comuns ridicularizados por Wainaina. Porém, Wainaina era um satirista, e não um censor. A verdade é que adoro *mesmo* África. Acho-a *mesmo* bela. Acho *mesmo* que os elefantes são carinhosos. Penso que são das criaturas mais extraordinariamente comoventes da Terra, ao passo que a sua população cada vez mais diminuta é um testemunho vergonhoso da nossa ganância humana coletiva. No final do século XIX, quando começa a história deste livro, as quantidades de elefantes tinham sido profundamente dizimadas pelo comércio de marfim, com os caçadores a terem de viajar para lá do Lago Tanganica para contrariarem a procura estrangeira e obterem bons lucros. Todavia, uns meros vinte e cinco anos antes, esta extensão de território era conhecida pelos curiosos europeus como «Regiões desconhecidas!», uma espécie de terra prometida. Essas são as palavras de Joseph Conrad, extraídas de um ensaio escrito no último ano de vida do romancista. O escritor descrevia um mapa de um atlas infantil de 1852 e uma promessa feita aos colegas de escola de que um dia chegaria lá.

Para Conrad, foi uma ambição que ficou pelo caminho. Após a «descoberta» europeia do Lago Tanganica em finais da década de 1850, traçou a lápis o contorno do lago no seu velho mapa onde antes havia um espaço em branco. Por volta de 1890, quando Conrad finalmente viajou até ao interior africano, o Congo era uma colónia privada do Rei Leopoldo. Conrad deparou com o perfeito oposto do espaço que idealizara em criança. «Desde os meus tempos de criança que o enchera de rios, lagos e nomes. Deixou de ser um vazio de encantador mistério… uma porção branca para um rapaz sonhar gloriosamente. Tornou-se um lugar de trevas.» Em vez de uma aventura de arregalar os olhos, Conrad reforçou o tropo oposto: criminalidade universal e floresta impenetrável. A sua obra de 1899, *Coração das Trevas*, conjurou uma enorme metáfora que desde então associou África a terror. A reputação cola-se a todo o continente, como recorda Wainaina e tal

como o fizera antes o romancista nigeriano Chinua Achebe. Conrad era «um racista convicto», um autor branco que não referiu um único nome africano, defendeu Achebe nos anos 1970.

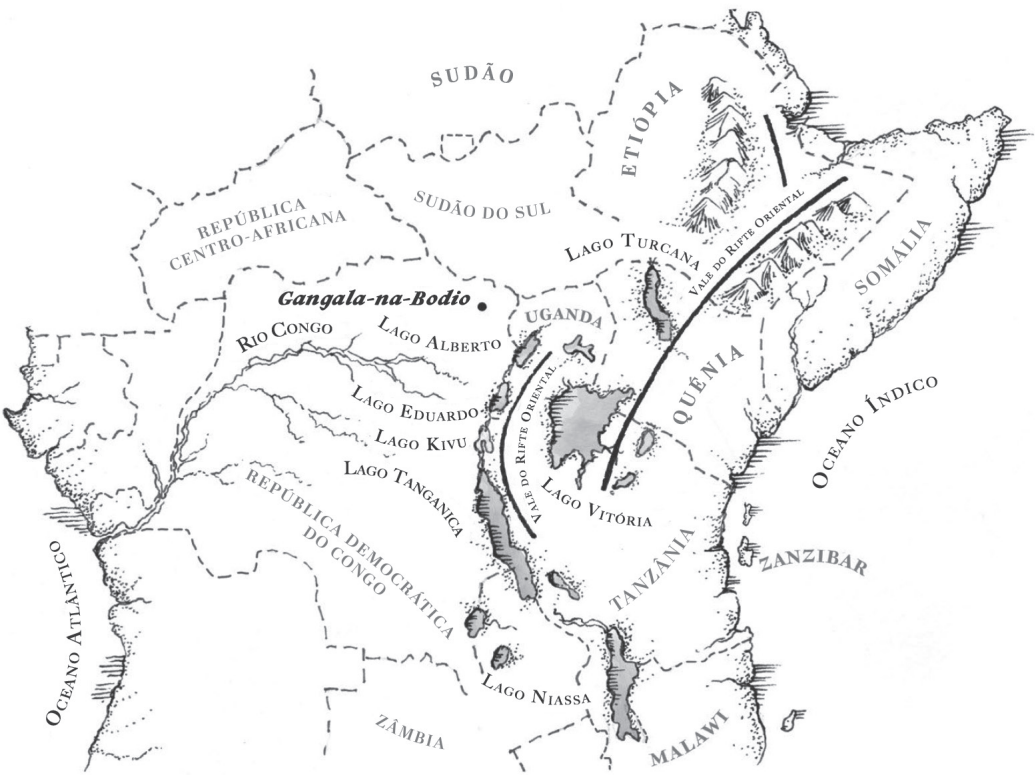
No entanto, ainda perdura o encanto evocativo do continente que gerou os sonhos de infância de Conrad. O mesmo acontece com o poder do lugar onde me encontro na margem do Lago Tanganica. Essa é a outra parte desta história: a sensação irresistível de infinita estranheza enquanto permaneço acordada, receosa e atenta aos sons dispersos da noite; as ondas suaves, sugadas e peneiradas pela espessa areia de quartzo; os gritos de alarme da garça na cortina da floresta emaranhada mais atrás. É quando desejo que mais da vida possa ser percecionada desta maneira, levando-me para um lugar — por muito que seja breve, por muito perto que se encontre dentro do limite da incerteza — que me faça acreditar que ainda pode existir algo belo para lá da nossa feia história humana.

1

PRÓLOGO PARA UMA AVENTURA

«Se estivesse em casa, não estaria em casa. Qualquer lugar onde me encontre a mim próprio parece não passar de um local de repouso entre lugares que se tornam eles próprios locais de repouso.»

— Dylan Thomas,
Carta a A. E. Trick, verão de 1935



Vivo num vale de Dorset que desce de uma cordilheira alta até ao Canal da Mancha. A paisagem é arrebatadora na sua pacatez, coroada por uma corrente de fortalezas da Idade do Ferro onde, quando alugava uma casa ali perto, o poeta William Wordsworth tinha o hábito de caminhar para arejar a cabeça. Também percorro com frequência essas fortalezas, seguindo para casa por vielas de faias e caminhos estreitos. Da antiga quinta dos meus pais, o caminho desce as mais íngremes encostas do vale onde ainda há vestígios de socalcos medievais — uma espécie de sulcos ou terraços a enrugar a terra.

Não há muito tempo, dei por mim a percorrer obsessivamente este vale, por vezes umas seis horas por dia. Fiquei presa entre confinamentos na pandemia, entre terminar um livro e tentar dedicar-me a outro. Então, quando um amigo me ofereceu uma forma de escape — um homem que sofre do mesmo problema que eu: «uma aflição desnorteada, sem raízes, sem compromisso», como escreveu numa troca de *e-mails* — acabei por aceitar. Disse-me que podia ficar na sua casa de campo em Donegal para mudar de cenário. Descreveu-o como o lugar mais inóspito que conhecia, apesar de ter uma carreira a trabalhar em florestas remotas da África Equatorial. O pai comprara a casa nos anos 1960 num lote inclinado de terreno irlandês com uma ligação a Dylan Thomas. Em 1935, o poeta viera para esta mesma colina desprovida de árvores para se libertar do seu problema crescente de alcoolismo. Thomas alugara ali perto um curral de burros tornado minimamente habitável por um pintor americano uns anos antes.

A casa de campo do meu amigo era bastante melhor, com uma vista de formações rochosas gigantescas em forma de pináculos góticos a sair da ondulação do Atlântico. O frigorífico era uma caixa de madeira adjacente a uma parede exterior. A água do banho era da cor de café fraco, a água puxada de um regato turfoso sempre a ameaçar transbordar. Ovelhas marcadas com tinta pastavam no exterior; por vezes, quando o clima se revelava inclemente, abrigavam-se no alpendre da casa. À noite, eu secava a minha roupa nos canos de um fogão alimentado a turfa e lia à luz de candeeiros solares e velas. Pela manhã, despertava ao som da Ocean FM quando eram lidos os obituários: o ritmo jâmbico das elegias, os nomes dos recém-falecidos, as condolências e os anúncios dos velórios vindouros.

Para Thomas, a sua viagem a Donegal pareceu-lhe umas férias, até que começou a desinteressar-se pelo pitoresco. «Percebo que não consigo ver uma paisagem; para mim, um cenário não passa de um cenário», escreveu a um amigo. Perturbado com o violento passado colonial da Irlanda e com a emigração maciça, tornou-se cada vez mais melancólico. Por vezes, desatava aos gritos nos montes vizinhos, só para poder ouvir o eco da sua voz. «Os irlandeses mortos respondem de detrás da colina. Obriguei-os a confessar que se sentem tristes, sombrios, perdidos, esquecidos, mortos e amaldiçoados para sempre.» Foi também em Donegal que Thomas começou a escrever uma das histórias mais estranhas da sua carreira. «Prólogo para uma Aventura» descrevia uma noite de inverno em que percorria a pé uma cidade na companhia do diabo. Escrita entre duas guerras mundiais, a alegoria surrealista de Thomas evocava um momento no tempo «anterior à morte do Ocidente».

Thomas vivia numa «dimensão bizarra» nesta berma do Atlântico, tal como eu. Desci atabalhoadamente as falésias até uma praia de águas revoltas ali perto. Caminhei sob vento intenso sobre o promontório, com bolas de algodão dos pântanos a tremular na chuva miudinha. Vi-as a agitarem-se por todo o lado — ondulados verdes a escapar do leito rochoso. Espiolhei uma aldeia abandonada em meados do século XIX quando a Irlanda perdeu um quarto da sua população para a fome dos anos 1840. Conforme os dias chuvosos se foram estendendo à minha frente, mergulhei na biblioteca do meu amigo em busca de algo para ler. Foi quando descobri um mapa dos Grande Lagos de África do século XIX enfiado entre as lombadas, que me encaminhou para uma linha de pensamento que nada tinha que ver com o local onde me encontrava.

Os mapas surtem esse efeito em mim. Afastam-me de mim própria, tanto quanto sugerem um caminho para algures ou para outra coisa. Os mapas parecem vazios nos pontos onde há deserto e depois uma pessoa aproxima-se e descobre um mar perdido no Saara. A história é escrita nos nomes dos lugares — um Vale das Baleias, um Lugar de Conchas Flutuantes. O mesmo se aplica à água, no modo como os mapas se encontram amplamente desprovidos de palavras onde há uma grande mancha azul. O ATLÂNTICO dispõe de bastante espaço para se estender em grandes letras maiúsculas num globo ornamental. Mais

ainda o PACÍFICO, enquanto o Lago Tanganica no centro de África é tão comprido e estreito que, por vezes, se vê as letras empilhadas na vertical, como um relâmpago. Se se analisar com mais atenção as cartas náuticas usadas por marinheiros, o detalhe intensifica-se na lama e no xisto partido, no lodo pegajoso do fundo do mar. Em cada nota há uma pergunta à espreita. Anomalias magnéticas. Perigos isolados. Relatado, mas sem confirmação. ED (significando «existência duvidosa»). †unexamd (significa não-examinado). Os mapas são muito mais poderosos e mais multidimensionais do que parecem à primeira vista.

Gosto de mapas porque mentem
Porque não facultam acesso à verdade cruel.
Porque, de coração aberto e boa índole,
abrem diante de mim um mundo
que não é deste mundo.

O mapa que abri na mesa em Donegal abarcava uma extensão dos Grande Lagos de África para revelar o complexo e interligado pontilhado de vias navegáveis interiores que se uniam em fila através do meio do continente. Conforme o meu dedo seguia os veios de água, dei por mim a ser puxada para norte na direção da bacia hidrográfica dos dois grandes rios africanos, o Congo e o Nilo. Mais significativamente, o mapa arrastou-me de volta para uma história estranha com que me deparei num trabalho jornalístico uns anos antes. Em 2015, viajei pela linha dos Grande Lagos, voando desde o Lago Tanganica sobre as encostas das Montanhas Rwenzori — ao longo de séculos o seu isolamento foi evocado pela sua outra designação, as Montanhas da Lua. Os lagos brilhavam como tinta brilhante derramada. Os hipopótamos pareciam pedras de um caminho através da água, as pirogas fósforos espalhados. Eu avançava muito lentamente para norte rumo a um parque nacional chamado Garamba, a nordeste da RDC, para fazer a reportagem de uma história sobre uma ambiciosa iniciativa de conservação destinada a reabilitar um dos mais importantes *habitats* de elefantes do continente. Para ajudar a obter uma passagem segura na última etapa, fui recebida na fronteira Uganda-RDC pelo Sr. Oddo, um facilitador local enver-

gando um fato imaculado com um estampado de garrafas de cerveja Heineken. Enquanto esperava que me carimbassem o passaporte o dia foi ficando mais quente. As moscas tornaram-se mais sonolentas, os funcionários ainda mais lentos. Quando por fim a minha documentação foi aprovada, abandonei a cidade noutro pequeno avião, este operado por uma organização missionária. Quando já antes recorrera aos seus serviços, o piloto assentara a mão numa Bíblia e rezara antes da partida.

Virámos à direita, voando para cima na direção de uma das maiores minas de ouro de África e depois guinámos para noroeste rumo a Garamba, onde a savana começava a florescer a verde sob as nossas asas. A paisagem estava dotada de rios sinuosos, que avançavam tão ociosamente que nem percebi em que direção fluíam. Trabalhei na sede do parque ao longo de uns dias e depois, recorrendo ao mesmo aviãozinho, voei até um lugar próximo chamado Gangala-na-Bodio. Era a localização de uma escola de treino de elefantes africanos algo degradada que datava do início do século XX, quando o Congo era uma colónia belga. Eu conhecia a noção de elefantes trabalhadores na Ásia, mas em África? Nunca ouvira tal.

Na nossa aproximação por via aérea, Gangala-na-Bodio parecia uma ilha com palmeiras num ondulado mar de erva. Quando aterrámos, avancei até à antiga escola de treino por entre grossas raízes de árvores. Ao entrar nos edifícios em ruínas, entre placas partidas e aglomerados de buganvílias, vi uma rapariga com ar desconfiado. Envergando um vestido branco de bordados ingleses e uma touca a combinar muito bem atada sob o queixo, parecia um fantasma ao seguir-me até uma clareira onde incidiam raios de sol. Era onde ficavam as pedras de amarração dos elefantes, dispostas em duas filas com a precisão militar de uma avenida de Bruxelas. O chão estava coberto por mudas de palmeira-leque, despontando entre as pedras e as argolas de prender as correntes. Achei comovente que não faltasse muito para a natureza se apoderar por completo do local, com as mudas a irromper da terra fértil como penas de *badminton* gigantes para abafar de vez este pedaço de história.

Um residente local com óculos escuros espelhados apareceu para explicar como em tempos a clareira fora usada para desfiles coloniais. Mais recentemente, Gangala-na-Bodio funcionara como esconderijo de Joseph Kony, que em criança fora ajudante de missa católico e que se

transformou em senhor da guerra ugandês. Kony e as suas crianças-soldados mudaram-se da área antes de eu a ter visitado, mas persistia a ameaça de rapto. O homem disse que os locais ainda não arriscavam viajar mais do que uns quilómetros desde o local onde viviam, pois havia outros grupos de milícias ativas a infiltrar-se na RDC desde Uganda e Sudão do Sul. Quanto aos elefantes em cativeiro, há muito que tinham morrido ou partido — uma ausência que pareceu bastante grave, tendo em conta as populações selvagens que proliferavam por estas pastagens, quando manadas de um milhar de elefantes percorriam a paisagem como «um forte exército cinzento em marcha». Todavia, depois de o Congo conquistar a independência em 1960, novas vagas de violência política implicaram uma expansão de caça furtiva por causa do marfim. Surgiu vinda de todas as direções, incluindo do céu, com carcaças de elefantes a revelarem que tinham sido atingidos nas costas de helicópteros. Em todos os dias que permaneci na região só logrei vislumbrar elefantes do avião dos missionários — uma nervosa manada de reprodução a fugir pela erva com as suas crias. O seu comportamento revelava os hábitos dos caçados; barriam e estendiam as orelhas. Pareciam-me vulneráveis e assustados, com as caudas retesadas como antenas fixas.



Elefantes fotografados do avião dos missionários na minha visita a Garamba, em 2015.

Quando regressei a casa em Inglaterra após a temporada em Donegal, comecei a procurar em arquivos de jornais artigos sobre Gangala-na-Bodia sob o jugo dos Belgas. Quanto mais procurei, maior se tornou a constatação de que havia algo de substancial naquela assombrosa avenida aberta na selva pelos europeus. Senti curiosidade em saber mais sobre os laços entre esses animais e os seus treinadores, conhecidos por cornacas, e como eram impostos os padrões de subjugação. Antes de mais, queria entender como ocorrera a ideia do projeto de treinos. Nesse sentido, retomei o contacto com o conservacionista belga que geria o parque quando o visitei. Ele colaborara num livro sobre a região com alguns detalhes relativos à escola de elefantes. Também localizara uma fotografia antiga da parada de Gangala-na-Bodia, com os elefantes acorrentados com grilhões alinhados em duas filas ordenadas.



A parada em Gangala-na-Bodio.

Li que Gangala-na-Bodio em tempos fora gerida ao som de trompetes e chamadas militares, com um oficial de cavalaria belga a supervisionar quase uma centena de cornacas africanos. Encontrei um filme da era colonial que revelava o processo de captura na natureza dos jovens elefantes do Congo, com os filhotes já algo desenvolvidos a serem laçados e presos com cordas a árvores. Outro relato descrevia os

jovens elefantes — «uns pequenotes com um metro e meio de altura» — e como «gritavam de fúria quando atados por cordas». Para domar os elefantes, os cornacas usavam *chicottes* — um chicote com nós feito de pele de hipopótamo, que os soldados coloniais usavam também para torturar trabalhadores forçados que serviam para incrementar as colheitas de borracha no Congo.

Descobriu-se que houve diversas tentativas de desenvolver a mesma ideia em diferentes regiões do país. Em 1899, foi inaugurado em Api um Centro de Domesticação de Elefantes, a cerca de quatrocentos quilómetros a ocidente de Gangala-na-Bodio. Por volta de 1904 era gerido por um soldado belga chamado Jules Laplume — um homem descrito como sendo «magro como um cassetete», «mais caçador do que oficial» e detentor de uma «paciência de anjo». Foram destacados para trabalhar às ordens de Laplume todos os caçadores de elefantes azande locais de que ele necessitasse para começar a caçar presas juvenis no Rio Bomokandi. O seu método passava por cavalgar até à savana. Quando encontrava uma boa manada de procriação, os homens começavam a perturbar os elefantes disparando com as caçadeiras para o ar para separar uma cria de elefante da respetiva progenitora. Os homens perseguiam então o elefante bebé e atavam-no a uma árvore com cordas. Se a mãe insistisse em proteger a cria, seria abatida a tiro. Mais tarde, esta abordagem foi ajustada para utilizar elefantes ensinados, que eram usados como iscos em expedições de captura. A captura de elefantes depressa passou a ser descrita como «uma das novas indústrias do Congo». Foi então fundada outra escola em Gangala-na-Bodio, em meados dos anos 1920. De início, os recrutas treinados eram principalmente utilizados para cultivar campos. Em breve, os «elefantedozers» começaram a ser usados para construir a Route Royale — a parte belga da Grande Estrada da África Central — e as novas vias-férreas coloniais. Até as missões locais encontraram uso para os elefantes. Em Buta, cerca de 480 quilómetros a oeste de Gangala-na-Bodio, foi montada pelos missionários uma operação *ad hoc*, bem-sucedida em grande parte graças ao especialista em vida selvagem da missão, o irmão Joseph Hutsebaut. A fazer lembrar de certa forma o Doutor Dolittle,

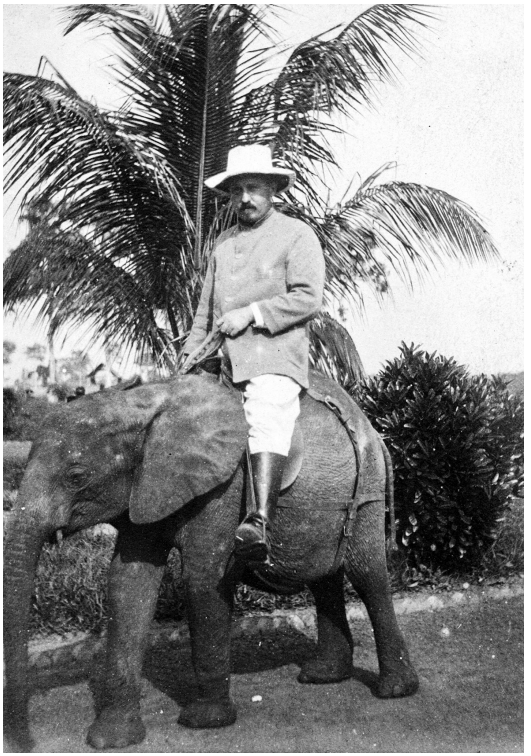
foi dos primeiros europeus a criar um ocapi em cativeiro. Contactei os descendentes de Hutsebaut, que explicaram como o seu antepassado cuidara dos elefantes capturados pelos locais. O trabalho dele não era de cariz comercial, mas noutras fontes dei com imagens de elefantes a transportarem madeira para os missionários.



Elefantes a lavrar no Congo durante o período colonial.



A principal avenida de Buta nos anos 1930 com um elefante jovem a ser montado como um cavalo.



O irmão Joseph Hutsebaut com o seu primeiro elefante, Ndjoku, *que manteve entre 1918 e 1940. Pendurou esta fotografia na parede do seu quarto.*

No final dos anos 1950, imagens dos elefantes de Gangala-na-Bodio ilustravam notas e selos do Congo Belga. Também eram comercializados para o turismo. Uns anos mais tarde, aquando da declaração de independência do Congo, a escritora sul-africana Nadine Gordimer viajou num barco a vapor pelo Rio Congo acima. Não se interessou particularmente pelos seus companheiros de viagem — «europeus que pareciam esculpidos em banha» —, mas apreciou os elefantes cativos que montou em Gangala-na-Bodio, que na altura eram usados em safáris na natureza. Ela gostava de ver os elefantes reunidos juntos ao rio à hora do lanche para um banho diário, «quatro grandes patas atarracadas a agitarem-se no ar». Então, em janeiro de 1961, Patrice Lumumba, o primeiro legitimamente eleito primeiro-ministro no Congo, foi assassinado na sequência de uma conspiração que mais tarde veio a implicar os governos americano e belga, tendo o seu corpo sido dissolvido em ácido sulfúrico. Nesse verão, soldados congoleses amotinaram-se contra os seus antigos soberanos. Não muito tempo após a visita

de Gordimer, «cessaram todas as notícias oriundas deste remoto recanto do Congo»; «os poucos brancos da região fugiram para o Sudão e imagino que o comandante belga do posto — o único branco presente — se encontrasse entre eles». Começaram a escassear quaisquer informações sobre o destino dos elefantes presentes. Porém, quanto a mim, houve algo que me marcou no relato de Gordimer. Não era capaz de esquecer as descrições das canções que ouviu entre os cornacas africanos, a forma como as melodias evocavam o zumbido calmante de canções de embalar hindi originalmente usadas na Ásia para domar elefantes. Os treinadores africanos aprenderam as canções com os cornacas do Ceilão (Sri Lanka) que Laplume trouxera de início para ajudar nos treinos. Esta ligação histórica levou-me a analisar as minhas suposições preguiçosas sobre o que distinguia as espécies africanas das asiáticas — e o dogma que eu de certa forma interiorizara de que o elefante africano era indomável.

Eu sabia das diferenças na forma de tratamento — os elefantes asiáticos para trabalho cativo, os africanos pelo seu marfim —, mas haveria uma genuína disparidade no potencial das espécies no que diz respeito a serem domadas? Ou seria apenas a história da exploração humana que contava um mito sobre essa diferença? Em 218 a. C., o general cartaginês Aníbal cruzou os Alpes com um exército de elefantes de guerra, o que provava que havia elefantes africanos treinados a serem utilizados mais de mil anos antes de ser criada a escola de Gangala-na-Bodio. Se o elefante africano não era realmente mais difícil de domar do que o asiático, seria a minha suposição o resultado de um preconceito profundamente enraizado? Em 1868, numa guerra travada pelos Britânicos na Abissínia (atual Etiópia), cerca de quarenta elefantes foram embarcados na Índia com destino a África para transportarem artilharia britânica nas passagens montanhosas. Cinco elefantes morreram, com os corpos pejados de feridas e úlceras, as gargantas cingidas pelo puxar incessante de cargas pesadas. O motivo para o exército apostar em importações asiáticas deveu-se a, declarou um comentador britânico, «os Africanos não terem a noção do que fazer a um elefante, a não ser matá-lo e comê-lo».

Comecei a compreender o interesse dos Belgas em treinar os elefantes para extrair os recursos de África, mas ao mesmo tempo sentia-me cada vez mais curiosa em relação a uma estranha história anterior oculta nessa narrativa, nas sementes das escolas de treino de elefantes do Congo plantadas décadas antes de ser estabelecida a de Gangala-na-Bodio. Era um fragmento de história repetido em diversas fontes com uma confusão de nomes e lugares suspeita, que me levou a pensar que ninguém procurara saber o que realmente acontecera quando, em 1879, o Rei Leopoldo II da Bélgica teve uma ideia aparentemente bizarra: importar quatro elefantes asiáticos e respetivos cornacas da Índia, uma região com tradição de elefantes trabalhadores, para África, onde tal não existia. Qual era exatamente o objetivo de Leopoldo num continente com grande abundância de elefantes próprios? Porque necessitou de se dar ao trabalho de enfiar esses animais num barco com destino a África? Em 1879, estimava-se que haveria entre vinte a trinta vezes mais elefantes africanos do que os existentes na atualidade. O elefante era um símbolo popular de todo o continente e já o era pelo menos desde o início do século XVIII:

Assim, os geógrafos nos mapas africanos,
Preenchem vazios com imagens selvagens
E sobre colinas inabitáveis
Colocam elefantes onde faltam cidades.

O objetivo de Leopoldo era alcançar o Lago Tanganica — na altura um limite da chamada «Fronteira Marfim» do Congo — e encetar uma operação de treino de elefantes, recorrendo aos elefantes asiáticos para testar um novo modo de transporte na corrida ao interior de África. A expedição intrigou-me de variadas formas, incluindo um interesse que sempre alimentei por histórias que desaparecem nas margens.[1]

[1] Gosto de notas de rodapé. São as desfavorecidas da narrativa que não encontram o seu espaço no registo dominante. É também onde com frequência reside a riqueza dos matizes. No seu melhor, podem gerar um desvio ou encorajar um olhar diferente, para dizer algo maior do que a sua posição inferior poderia indiciar. As notas de rodapé também podem quebrar o ritmo de uma história. Por esse motivo, todas as notas de rodapé, com a exceção de duas, passaram a notas de fim — ver pp. 294-384.

Achei que os elefantes de Leopoldo teriam potencial para desvendar o início de uma história colonial com efeitos de longo alcance. A expedição de 1879 integrou o preâmbulo da «Partilha de África», que resultou em décadas de violenta governação europeia. E apesar de terem findo as governações coloniais, a pilhagem mantém-se, só que com nações diferentes envolvidas numa corrida neocolonial ao que resta dos recursos. Interessada pelo modo confuso como a história se repercute no presente, comecei a achar que a expedição de Leopoldo poderia abrir uma janela sobre o modo como o expansionismo europeu do século XIX permanece intimamente ligado a assuntos de consequências permanentes: racismo, extração de recursos, extinção da vida selvagem. A longa cauda do império permanece uma característica dominadora dos assuntos atuais — o puxa e empurra da causa e efeito, do então e do agora. Ao refazer os passos da jornada dos elefantes de Leopoldo vislumbrei um veículo para potencialmente explorar algumas dessas dinâmicas.

«Uma história comovente, se tudo fosse conhecido», vincou um missionário que deparou com a história dos elefantes no final do século XIX. Descreveu a parada de Leopoldo como um «prodígio estranho» de homens com uma agenda que não compreendiam por completo ou que, na sua hipocrisia, preferiram não revelar. «Presos no alto das costas do elefante encontram-se quatro homens brancos que simbolizam a luta iminente pela supremacia», prosseguiu o missionário. Senti-me cativada pelas suas palavras *se tudo fosse conhecido*, como se houvesse mais para descobrir. O relato do missionário despertou-me para o absurdo de todo o empreendimento, manifestado na imagem de europeus no dorso de um elefante asiático a marchar no coração de África para inspirar e exigir obediência. Eu estava interessada em perceber como um símbolo poderia vir a ganhar tanto significado — como as dimensões histórica, imaginativa e política da expedição de Leopoldo convergiram e contribuíram para a «invenção de África» dos Europeus. E quanto aos quatro animais que transportaram no lombo esta história? Foram adorados ou maltratados, de livre vontade ou aterrorizados? Questionei-me quanto ao que teriam visto ao atravessarem África — um Éden selvagem? — e ao que desde então desapareceu. Estava curiosa por ouvir as histórias locais das regiões que cruzaram.

Sempre gostei de elefantes e da dignidade silenciosa que projetavam. Na sua companhia, senti todos os tipos de emoção, que iam do medo ao assombro, passando pelo afeto. Quando caminhei pela primeira vez ao lado deles na natureza, a minha perspetiva foi alterada: aquilo que *pensamos* que nos torna fortes, enquanto seres intelectuais, é considerado irrelevante. Contudo, tal experiência humilhante é fácil de esquecer. Pertenço a uma sociedade industrializada e tecnologicamente organizada tão dissociada da Natureza que se torna cada vez mais difícil sentir ligações instintivas com os animais. Como se a abordagem científica fosse tudo o que interessa, mesmo que a ciência possa quiçá dizer-nos o que os nossos antepassados caçadores-recoletores sabiam antes de criarmos hierarquias organizadas; aqueles elefantes são mais do que autómatos biológicos. Eu queria questionar como e porquê viemos a tratar os animais das formas que o fazemos — e quanta crueldade infligimos. «Um pisco-de-peito-ruivo numa gaiola», escreveu William Blake em *Auguries of Innocence*, «deixa o céu enfurecido».

Com o verão a dar lugar ao inverno, comecei a explorar vários arquivos em Londres. Entre relatórios de missionários e registos consulares, dei com referências desconhecidas aos planos com elefantes de Leopoldo. Começava a tornar-se evidente a amplitude da expedição de 1879, envolvendo magnatas da navegação escoceses, ativistas antiescravagistas, tratadores zoológicos alemães e homens de negócios americanos. Entre todos esses nomes, reparei num homem a quem deram a alcunha de «Senhor dos Elefantes» — um irlandês chamado Frederick Falkner Carter, que foi contratado por Leopoldo para liderar a expedição. Todavia, o nome de Carter caiu por completo no esquecimento.

Afixei o retrato de Carter numa galeria de bandidos numa parede do meu escritório — o meu lembrete a indicar quem eu devia acompanhar conforme ligava histórias a pessoas e pessoas a lugares.

Há anos que montava quadros destes, desde que comecei a minha formação de jornalista nos anos 1990. Recortava pistas de jornais e colava-as à parede do meu apartamento, onde amareleciam ao sol. Empilhava e posicionava os recortes lado a lado — às vezes com propósito, outras ao acaso. As posições alteravam-se. Linhas de investigação multiplicavam-se e esvaíam-se em fumo. Novas ligações tornavam-se bastante cativantes,

ou confusas, para revelarem uma lógica ou, com pouca probabilidade, uma dissonância. O meu marido, que achava que pareciam quadros de provas em investigações de homicídios, chamava-lhes as minhas paredes de assassinos em série.

Tracei uma linha vermelha com as origens de Carter. Nasceu em Kilkenny, na Irlanda, em abril de 1841. Aos catorze anos alistou-se na marinha mercante britânica. Em 1863, mudou-se para a Mesopotâmia, hoje Iraque. Arranjou trabalho junto da Companhia de Navegação do Eufrates e Tigre, detida por uns empresários vizinhos de infância da mãe, conhecidos por irmãos Lynch. Com o Canal do Suez a ligar a Europa ao Oceano Índico, o Golfo Pérsico já não era um beco sem saída geográfico, mas antes um núcleo nas redes de comércio globais em rápido crescimento. Apesar de a minha cronologia da carreira de Carter ser uma mera linha entre muitas outras, reforçou um grande fenómeno do século XIX: na Era do Império era possível viajar livremente (para os Britânicos, frequentemente com uma «facilidade desprezível») por causa de um desenvolvimento sem precedentes nos laços cada vez mais amplos de comércio e comunicações. Aquilo que a Internet tem representado para a minha vida, a navegação a vapor representou para a de Carter — um desenvolvimento enorme em velocidade que alimentou as economias capitalistas em expansão da Europa e da América. Antes dos vapores, o Oceano Índico, escreveu um dos irmãos Lynch, era «*ayam al-jahilieh*» — frase por norma usada para descrever a ausência de luz antes do advento do Islão.

No mesmo mapa assinalei a tradicional rota do marfim e dos escravos da África Oriental e rotas de caravanas dos anos 1870 das quais dependiam os viajantes — trilhos de controlo árabe[2] que iam e vinham dos portos costeiros. Afixei um alfinete vermelho nos principais «ninhos de escravos» no limite do Saara mais a norte e esbocei o comércio

[2] Ao longo deste livro, uso com cautela a palavra «árabe», dado que o comércio estava intensamente ligado às comunidades suaílis devido a séculos de miscigenação ao longo do litoral do Oceano Índico. Apesar de haver outros africanos cúmplices, «árabe» tornou-se o designador comum para o comércio oriental de escravos. Tal também se deveu ao hábito europeu de demonizar os perpetradores (os árabes muçulmanos eram o inimigo tradicional dos europeus cristãos). Os europeus moralistas recorreram a esta narrativa simplista para ganhar espaço nos assuntos africanos.

sombrio de vidas humanas que se dirigia ao Golfo Pérsico, onde os escravos trabalhavam em haréns ou mergulhando à procura de pérolas. Fiquei espantada com os números — ao longo de treze séculos, mais de 9,8 milhões de africanos foram embarcados enquanto escravos para a Arábia, várias ilhas do Oceano Índico e subcontinente indiano, e mais 4,1 milhões foram embarcados para cruzar o Mar Vermelho, todavia, as atenções focaram-se na muito mais conhecida rota transatlântica para as Américas. Destaquei o Canal do Suez a azul. Quando abriu em 1869, este desenvolvimento em termos de infraestruturas reduziu para semanas uma viagem da Europa à Índia que demorava seis a sete meses quando seguia pelo Cabo da Boa Esperança. Cabos telegráficos submarinos também permitiam comunicações mais rápidas. Em 1870, foi estabelecido o primeiro telégrafo no Oceano Índico, ligando a Grã-Bretanha a Bombaim (agora Mumbai) e Calcutá; outra linha, entre a Europa e a África do Sul através do porto de Adem, foi inaugurada em julho de 1879, com mensagens a alcançarem Bruxelas desde Zanzibar em menos de três horas.

Ao analisar a pesquisa que tinha diante de mim, percebi que tinha de ir à Bélgica para compreender as motivações de Leopoldo para financiar a expedição dos elefantes. Questionei-me se algum dia chegaria ao Rio Tigre no Iraque onde Carter ganhara fama. Quando comecei a assinalar toscamente o mapa no meu escritório a rota percorrida pelos elefantes de Leopoldo, o meu marido disse algo que me pareceu uma bênção. «Acho que vais estar uns tempos fora», vincou. Ele conhecia a minha inquietude mais do que eu gostaria de admitir. Era a minha oportunidade de voltar a imergir numa viagem, no calcorrear de cidades desconhecidas, entre os telhados quentes de zinco, os cheiros a terra e os empurrões de motos *boda-boda*.

Os planos começavam a alinhar-se. De imediato, enfiei na mala um exemplar do ensaio de George Orwell, «Matar um Elefante». Descreve como um oficial britânico foi chamado ao posto da polícia na Birmânia (hoje Myanmar) para abater um elefante saqueador e assassino de homens, o que ele fez «só para não parecer mal» diante de uma multidão de dois milhares de birmaneses. O relato arrepiante de Orwell não aborda apenas a execução malsucedida, com o elefante «a morrer,

muito lentamente em grande sofrimento». É uma história sobre o fracasso de um inglês enquanto ser humano com moral — um reconhecimento de cumplicidade com um sistema imperial ao qual os jovens se juntavam sem questionar as suas perversões — e os vislumbres da autoconsciência. Esta viagem era algo que eu queria levar a cabo, não por ser fácil, mas precisamente devido ao desconforto pela minha ignorância sobre a história colonial de África. Esperei poder seguir os elefantes de Leopoldo para descobrir mais sobre o que efetivamente aconteceu: como se desenvolveu o colonialismo europeu no continente africano e os efeitos sobre a sua população. Iria ser sempre mais do que o destino histórico dos quatro paquidermes da Índia. Com a expedição de 1879 a servir de fio condutor à narrativa, poderia montar um mapa da viagem para orientar as minhas investigações sobre apagamentos históricos. O rumo tomado pelos elefantes seria o meu passaporte para a memória oral de uma região. As minhas fontes iriam estender-se pelo tempo e pelo espaço, o que seduzia o meu lado de viajante. No entanto, antes de avançar mais, teria de compreender as motivações de Leopoldo. Para isso, teria de começar pelos arquivos do século XIX na Bélgica.



Elefantes madeireiros em Katha, em 2018, nas mesmas florestas birmanesas onde um jovem George Orwell trabalhou para a polícia imperial. Todas as noites eu via os elefantes a banharem-se enquanto os cornacas lhes cantavam.